

EDITAL DE SELEÇÃO – PROPOSTAS DE FIELD PROJECT

A Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio), por meio da sua Coordenação de Graduação, comunica a abertura de processo de seleção de propostas de *Field Projects* (FP) e estabelece normas para a contratação de serviços de supervisão de atividades curriculares práticas, nos termos expostos a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 – Os FPs são atividades práticas reais (não simuladas) realizadas parcialmente extraclasse com a participação de 6 até 10 discentes, objetivando aplicar conceitos e teorias apreendidos ao longo da formação por intermédio de um projeto de campo que alcance, impacte e/ou tenha interface com a comunidade externa à FGV Direito Rio.

1.2 – O presente Edital tem por objetivo compor o banco de *Field Projects* e selecionar os que serão oferecidos em 2024.

1.3 – As propostas de FP deverão ter carga horária de (i) 60 horas/aula por semestre, conforme plano de atividades, Anexo I deste Edital.

2. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

2.1 – Podem oferecer propostas de *Field Project* (i) docentes, (ii) pesquisadoras(es), (iii) assistentes acadêmicos, (iv) alunas(os) e ex-alunas(os) do curso de Graduação e do programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da FGV Direito Rio, bem como (v) profissionais de diferentes áreas de conhecimento e de outras instituições.

2.2 – Docentes, assistentes e pesquisadoras(es) da FGV e discentes poderão ministrar FP, desde que sem prejuízo da sua atuação nas atividades da Escola.

2.3 – As propostas deverão desenvolver habilidades **como análise de dados, estímulo à inovação científica e tecnológica nas diversas áreas do Direito, propositura de soluções criativas e inovadoras para os problemas investigados, encorajando também propostas em línguas estrangeiras.**

2.4 – A proposta de FP deverá ser redigida nos moldes do plano de trabalho, conforme anexo I deste Edital.

2.5 – Os FPs selecionados terão desenvolvimento semestral e serão submetidos à livre escolha discente por meio de Edital, sendo facultado à Coordenação de Graduação não implementar os projetos que não alcancem quórum mínimo (ver item 1.1).

2.6 – Para que integrem o banco de FP, é necessário que as propostas sejam entregues no prazo disposto no item 5.1 e observem os termos do item 2 do presente Edital.

Graduação – *Field Project*

2.7 – Além das propostas apresentadas por meio deste Edital, poderão ser selecionadas propostas apresentadas em Editais anteriores, bem como field projects que não tenham sido recolhidos na forma deste ou de outro Edital.

2.8 – A FGV Direito Rio considerará todas as propostas, mas selecionará, pelo menos, uma relacionada a temas de cada **disciplina obrigatória** oferecida no ano de 2024, conforme Anexo II deste Edital e a seguinte oferta anual:

2.8.1 – Em 2024.1, serão oferecidas as disciplinas do 1º, do 3º e do 5º período.

2.8.2 – Em 2024.2, serão oferecidas as disciplinas do 2º e do 4º período.

3. DAS ATIVIDADES DE SUPERVISÃO DE FP

3.1 – A(o) profissional responsável por um FP é intitulada(o) “supervisora(or)”, sendo o termo “professora(or)” restrito ao corpo docente com vinculação funcional com a Fundação Getúlio Vargas, conforme a Resolução Acadêmica nº 006 de 13 de dezembro de 2017.

3.2 – A(o) supervisora(or) de FP da FGV Direito Rio exercerá as seguintes funções:

3.2.1 – Acompanhar o desenvolvimento de até 3 (três) FP, por semestre, de sua autoria e/ou de autoria de docentes ou discentes da Graduação, conforme Calendário Acadêmico e a grade do curso de Graduação;

3.2.2 – Seguir as orientações docentes e da Coordenação de Ensino da Graduação para o acompanhamento do FP;

3.2.3 – Participar de todas as atividades do Espaço Docente (Programa de Formação de Professores da FGV Direito Rio) indicadas pela Coordenação de Ensino;

3.2.4 – Cumprir prazos e horários definidos no Calendário Acadêmico da Graduação e no calendário de *Field Project*;

3.2.5 - Dedicar no mínimo 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos semanais a encontros presenciais na FGV Direito Rio para orientação das atividades de campo de cada FP supervisionados.

3.2.6 – Auxiliar na criação de, pelo menos, 1 (um) produto e ferramentas virtuais para divulgação externa do FP;

3.2.7 – Participar de reuniões mensais de acompanhamento das atividades acadêmicas de FP, conforme o calendário de *Field Project*, a ser apresentado na etapa de planejamento do semestre em que o FP será realizado;

3.2.8 – Participar do evento de divulgação dos resultados do FP.

4. DA REMUNERAÇÃO

A FGV Direito Rio oferece a remuneração bruta no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em 6 (seis) parcelas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pela supervisão de cada FP, observado o limite de 3 (três) FP por assistente acadêmica (o) por semestre.

5. INSCRIÇÃO

Graduação – Field Project

5.1 – As(os) interessadas(os) deverão enviar e-mail para luna.cordeiro@fgv.br, com o assunto ‘PROPOSTA FIELD PROJECT – NOME CANDIDATA(O)’ até às 23:59 do dia **15 de outubro de 2023**, contendo os seguintes documentos anexados:

5.1.1 – *Currículo Lattes* e telefone celular para contato;

5.1.2 – Uma ou mais propostas de *Field Project*, em formato Word, conforme modelo de Plano de Trabalho (Anexo I).

6. DO PROCESSO SELETIVO

6.1 – O processo seletivo de que trata o presente Edital constará das seguintes fases:

6.1.1 – Eliminatória: análise da documentação constante no item 5;

6.1.2 – Classificatória: entrevista com candidatas(os) aprovadas(os) na fase anterior a ser agendada por e-mail ou contato telefônico.

6.2 – A divulgação do resultado das fases classificatórias será feita por e-mail ou telefone.

7. CRONOGRAMA

DATA	ETAPA
ATÉ 15/10/2023	Envio de propostas
27/10/2023	Resultado da fase eliminatória e convocação para entrevistas (e-mail / telefone)
06/11 A 23/11/2023	Entrevista com autoras (es) das propostas (presencial / Zoom)
24/11/2023	Resultado da fase classificatória (e-mail)
JAN/2024	Escolha discente das propostas aprovadas para 2024.1
JAN/2024	Divulgação de <i>Field Projects</i> a serem realizados em 2024.1 (e-mail)
29/01 A 12/02/2024	Atividades de Planejamento – metodologia participativa
19/02/2024	Início das atividades de <i>Field Project</i> 2024.1
JUL/2024	Escolha discente das propostas aprovadas para 2024.2
JUL/2024	Divulgação de <i>Field Projects</i> a serem realizados em 2024.2 (e-mail)
AGO/2024	Atividades de Planejamento – metodologia participativa
AGO/2024	Início das atividades de <i>Field Project</i> 2024.2

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2023.



Thiago Bottino
Coordenador de Graduação
FGV Direito Rio

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	NOME DO FP						
AUTORIA	NOME DA(O) AUTORA(O)					DISCENTES Nº MÁX.	10
SUPERVISÃO	A ser preenchido pela coordenação de ensino					DISCENTES Nº MÍN.	6
REQUISITOS	Aberto para (i) todo o corpo discente, (ii) apenas discentes do 2º período e ou (iii) discentes do 4º período.						
PÚBLICO ALVO	Quem será o ator externo à FGV Direito Rio com quem haverá interface?						
CÓDIGO	A definir	PERÍODO	202X.X	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Resumo nominal dos conceitos científicos ou aplicações práticas do FP.						
PROBLEMA	Problema principal a ser estudado/resolvido.						
PRODUTO	O que será produzido ao final do trabalho de campo e oferecido ao público alvo.						
OBJETIVO	Expressa a principal questão a ser alcançada (meta final do trabalho de campo).						
METODOLOGIA	Planejamento estratégico: especificação das etapas e estratégia de trabalho de campo, definição de procedimentos metodológicos a serem usados na investigação de campo, propostas de divulgação do produto ao público alvo externo.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.						
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.						
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.						
	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.						
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.						
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.						
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.						
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.						
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.						
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.						
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.						
	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.						
Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
Outras:							
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						

1	Descrição de atividade (s).
2	Descrição de atividade (s).
3	Descrição de atividade (s).
4	Descrição de atividade (s).
5	Descrição de atividade (s).
6	Descrição de atividade (s).
7	Descrição de atividade (s).
8	Descrição de atividade (s).
9	Descrição de atividade (s).
10	Descrição de atividade (s).
11	Descrição de atividade (s).
12	Descrição de atividade (s).
13	Descrição de atividade (s).
14	Descrição de atividade (s).
15	Descrição de atividade (s).
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Composta de até três (3) títulos. Preferencialmente, os títulos devem compor o acervo da biblioteca da FGV. Referência à obra, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Composta de até CINCO (5) títulos. Preferencialmente, os títulos devem compor o acervo da biblioteca da FGV. Referência à obra, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ANEXO II

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS - EMENTAS
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024 (2024.1)
1º PERÍODO
<p>Crime e Sociedade – Introdução ao Direito Penal, Processual Penal e Criminologia.</p> <p>Economia – A economia em sua dupla face: (1) estudo da alocação dos recursos escassos para produção, distribuição e consumo de bens e serviços nos mercados e as funções das organizações multilaterais e dos governos no plano nacional e internacional; e (2) análise do processo decisório humano racional. O fluxo circular representativo da organização econômica clássica e da economia digital. A macroeconomia e a microeconomia: crescimento econômico e distribuição de riqueza. Os dez princípios e a racionalidade econômica. A sustentabilidade multidimensional: a natureza e os limites da economia. A moeda e noções básicas de política monetária: o monetarismo e teoria monetária moderna (TMM). O escambo; mercadorias-moeda; metalismo; cunhagem; papel-moeda; moeda fiduciária (moeda sem valor intrínseco); moeda bancária-cheques; moeda escritural; cartões de plástico e as criptomoedas (o bitcoin e a Libra). O ser econômico e a atividade empresarial: o balanço patrimonial e o resultado do exercício. Valor dos bens e serviços. Valor do dinheiro no tempo e o poder de compra: juros simples e juros compostos. Valor presente do fluxo de caixa. O mercado de capitais brasileiro e o investimento em valor (value investing): pensando no longo prazo. As finanças públicas: a fiscalidade e a política extrafiscal. As forças de mercado: a oferta e a demanda. Elasticidade e suas aplicações. A oferta, a demanda e políticas do governo. O custo da tributação e o peso morto dos tributos. A curva de Lafer. Conceitos fundamentais de microeconomia. A teoria das escolhas do consumidor: utilidade e curvas de indiferença; restrições orçamentárias e decisão ótima do consumidor. Bens públicos e recursos comuns. Externalidades. A contribuição de Pigou: os tributos pigouvianos. Externalidades negativas e o teorema de Coase. A teoria da empresa: receitas, custos, lucros e decisões ótimas da empresa. Estrutura e equilíbrio de mercado: mercado competitivo, monopólio e oligopólio, concorrência monopolística. Efeitos do Mercado Competitivo e do Monopólio. Efeitos do Mercado Competitivo e do Oligopólio. Excedente Total e Bem Estar. Excedente do consumidor, da empresa e a eficiência do mercado. O teorema do bem-estar e a eficiência de Pareto. Fundamentos econômicos da integração econômica internacional. Vantagem absoluta e vantagem comparativa. Modelo de Equilíbrio Parcial em um país pequeno A utilização do instrumental analítico microeconômico para compreensão do processo decisório não comercial. Introdução à Teoria dos Jogos.</p> <p>Pensamento Jurídico Brasileiro – Método de leitura estrutural. Características do pensamento jurídico brasileiro. A diferença entre pensamento e teoria do direito. Naturalismo. Direito brasileiro e autoritarismo. Modernização autoritária. Direito e economia. Direito econômico no Brasil. Análise jurídica da política econômica. Pensamento jurídico brasileiro e direito comparado. Ordem jurídica brasileira e processo democrático. Direito e políticas públicas. Direito e sociedade. Instituições jurídicas. Pensamento jurídico brasileiro e cidadania. Discurso jurídico. Unificação do direito privado. Técnica jurídica brasileira.</p> <p>Teoria do Direito – Raciocínio jurídico: caracterização e diferenciação; justificação interna e justificação externa; subsunção; neutralidade judicial; normatividade; norma jurídica; relação jurídica; direito objetivo e subjetivo; competência; sistema jurídico; validade, vigência, eficácia e o problema do pertencimento; positivismo e não positivismo; regras: estrutura e modelos de tomada de decisão; problemas de linguagem, sobreinclusão e subinclusão; interpretação extensiva, restritiva, analogia; dogmática jurídica; princípios e proporcionalidade.</p>

Teoria do Direito Constitucional – Conceitos básicos da teoria constitucional. Visões sobre Constituição. Constituição como projeto civilizacional. Questões centrais do constitucionalismo clássico. Desenhos de Estado: separação de poderes e federalismo. Tendências do constitucionalismo moderno. Movimentos e correntes contemporâneos no Brasil e seus impactos no constitucionalismo. Introdução à jurisdição constitucional. Métodos de interpretação judicial. Críticas ao constitucionalismo. Exceção constitucional e seus limites.

Teoria do Estado Democrático – Teorias do Estado. Estado de Direito. Teorias da Democracia. Democracias Contemporâneas. Democracia no Brasil.

3º PERÍODO

Ciência de Dados Jurídicos – Conceito de ciência de dados; Obtenção de dados; Limpeza de dados; Análise de dados; Apresentação e visualização de dados; Aspectos jurídicos da gestão de dados.

Direito Global – Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Formação e métodos do Direito Internacional. Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado. O Estado como sujeito de Direito Internacional, reconhecimento e sucessão. Imunidades no Direito Internacional. Imunidade Estatal, Diplomática e Consular. Responsabilidade Internacional de Estados. Fontes do Direito Internacional (Público e Privado). Tratados Internacionais e prática brasileira. Conflito de Fontes do Direito Internacional. História e teoria das organizações internacionais. Panorama das organizações internacionais universais, regionais e sub-regionais das quais o Brasil faz parte. Direito Institucional e solução de controvérsias nas organizações internacionais. Tribunais internacionais. Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias). Manutenção da paz e da segurança internacional. Posição brasileira perante a ONU. Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea relevantes para o Brasil.

Finanças Públicas – Breve teoria do Estado. A esfera financeira do Estado. Histórico dos tributos e das finanças públicas em face do contrato social. Federação. Federalismo fiscal. Distribuição de funções entre os poderes. Planejamento orçamentário. Leis orçamentárias. Crédito orçamentário. Adicionais. Despesa pública. Responsabilidade fiscal. Financiamento de gastos. Operações de crédito. Equilíbrio fiscal. Partilha de receitas. Receita pública. Ingressos públicos. Controle de execução orçamentária. Tribunal de Contas.

Obrigações e Contratos – 1. Introdução; 2. Conceito de obrigação e de contrato; 3. Classificação dos contratos; 4. Princípios gerais das obrigações e contratos; 5. Formação dos contratos: regras pré-negociais (culpa in contrahendo); 6. Formação dos contratos: vícios da vontade e da declaração; 7. Formação dos contratos – conclusão dos contratos (proposta e aceitação); 8. Formação dos contratos: contrato preliminar; 9. Interpretação dos contratos; 10. Transmissão das obrigações; 11. Vícios redibitórios e evicção; 12. Extinção dos contratos: adimplemento (pagamento); 13. Extinção dos contratos: execução das obrigações; 14. Extinção dos contratos: distrato e resilição unilateral; 15. Extinção dos contratos: inadimplemento e mora; 16. Extinção dos contratos: resolução; 17. Extinção dos contratos: impossibilidade superveniente; 18. Extinção dos contratos: onerosidade excessiva; 19. Perdas e danos; 20. Culpa post pactum finitum.

Teoria da Decisão – O Direito e suas consequências; Diferentes posturas consequencialistas; Estrutura e dimensões do raciocínio consequencialista; Consequencialismo e Estado de Direito; Lidando com os problemas de racionalidade: modelos de tomada de decisão racional sob condições de certeza, risco e incerteza. Propensão e aversão ao risco; Da decisão individual à decisão interativa: Teoria dos jogos; Racionalidade limitada e limites à internalização de pressupostos maximizadores na decisão jurídica; Limites institucionais para a operacionalização de teorias decisórias no direito: as consequências do consequencialismo judicial.

Teoria Geral da Empresa – Origem e Evolução Histórica do Direito Comercial. O Empresário e o Cenário Econômico. A Ordem Econômica Constitucional. Teoria da Empresa. Ato de Empresa. Ato Simples. Função Social da Empresa. Regime Jurídico do Empresário Individual. Sócios. Nome Empresarial. Estabelecimento Empresarial. Contrato de Trespasse. Direito Societário. Pluralidade de Sócios. Sociedade Unipessoal. Capital Social. Personalidade Jurídica das Sociedades. Sociedades Personificadas. Sociedades Não Personificadas. Limitação de Responsabilidade. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Teorias da Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Teorias da Justiça – Justificativas e implicações práticas de diferentes Teorias da Justiça. Bem-estar. Liberdade. Igualdade. Virtude. Pluralismo. Utilitarismo clássico e contemporâneo. Liberalismo: igualitarismo e libertarianismo. Comunitarismo. Teorias Críticas. As implicações empíricas de proposições teóricas sobre Estado, Sociedade Civil e Economia. As dificuldades práticas de construção de modelos jurídico-políticos para a concretização dos ideais de igualdade e liberdade pensados pelas teorias da justiça.

5º PERÍODO

Arbitragem – A Eficácia do Processo e os Métodos Alternativos de Solução de disputas. Natureza Jurídica da Arbitragem. O Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e a Arbitragem no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Fundamentos da Arbitragem: as Partes na Arbitragem, o Objeto de Arbitragem, árbitros (funções, poderes e deveres). Convenção de arbitragem: cláusula compromissória e Compromisso Arbitral, questões diversas sobre a cláusula compromissória. Procedimento arbitral: instauração da Arbitragem, processo de escolha e nomeação dos árbitros, procedimento Arbitral, sentença arbitral. A relação entre o juízo arbitral e o poder judiciário: hipóteses de intervenção do Judiciário antes do procedimento arbitral, cooperação entre o Judiciário e a arbitragem, nulidade do Laudo Arbitral: Ação de nulidade (art. 32) e embargos de Devedor, execução das Sentenças Arbitrais.

Direito da Concorrência – Direito concorrencial em suas principais vertentes de aplicação: o controle de estruturas e o controle de condutas. Prevenção da formação de estruturas de poder econômico e abusos em detrimento de consumidores e concorrentes no mercado. Atos de concentração e danos à livre. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Controle de condutas e sanções para restrição à livre concorrência. Conduta anticoncorrencial dos cartéis.

Direito da Regulação – As atividades estatais na ordem econômica brasileira. Reformas administrativas e ascensão do Estado Regulador. Falhas de Mercado e Falhas de Regulação. Principais Aspectos da Lei nº13.848/2019 e da Lei nº13.874/2019. Serviços Públicos. O Estado como agente econômico. Parcerias Público-Privadas. Parcerias do Estado com o Terceiro Setor. Estrutura e funcionamento dos órgãos reguladores. Processos administrativos na atividade regulatória. Controle político e judicial da atividade regulatória.

Direitos Humanos - Introdução aos Direitos Humanos; Origem histórica e filosófica dos Direitos Humanos; Princípios de Direitos Humanos; Sistema Global de Direitos Humanos; Sistemas Regionais de Direitos Humanos; Sistemas Europeu, Africano e Americano de Direitos Humanos; Referenciais Normativos do Sistema Americano de Direitos Humanos; Órgãos de Proteção dos Direitos Humanos (Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos; Grupo de Trabalho do Protocolo de São Salvador); Direitos Cívicos e Políticos; Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Sociedade Civil e Direitos Humanos; Universalismo e Relativismo Cultural; Liberdade de Religião e Direito ao Estado Laico; Discriminação Racial; Discriminação e Violência de Gênero; Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero; Direito Humanitário; Refugiados; Justiça de Transição, Lei de Anistia e a Convenção Americana de Direitos Humanos; Trabalho análogo à escravidão (Fazenda Brasil Verde); Violência Urbana; Direitos Humanos e Empresas;

Direitos Humanos na Era das Plataformas Digitais; Privacidade e Proteção de Dados; Meio Ambiente; Direitos dos Povos Originários (Ribeirinhos, Quilombolas e Indígenas).

Mediação e Negociação – Advogados e operadores do Direito negociam todos os dias com outros advogados, com clientes, nas mais diversas áreas do Direito, na prática pública ou privada, em empresas ou escritórios de advocacia. Entretanto, advogados raramente estudam o processo de negociação e os motivos pelos quais elas falham, com o conseqüente prolongamento de disputas e destruição de valor para as partes e para a sociedade.

Processo Civil – Processo civil. Código de Processo Civil. Procedimento comum.

Relações de Trabalho – A disciplina de Relações de Trabalho tem por escopo apresentar aos alunos princípios e regras de direito do trabalho, sempre com foco na prática trabalhista, de forma que se tornem capazes de entender a lógica da matéria e com base nesta, optarem pelo aprofundamento dos estudos nesta área.

SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 (2024.2)

2º PERÍODO

Análise Econômica do Direito – Análise Econômica do Direito (AED). Aplicação do instrumental da Microeconomia na análise das regras jurídicas. Justiça e Eficiência. Economia dos Direitos de Propriedade, dos Contratos, da Responsabilidade Civil e da Regulação das políticas relacionadas.

Design Institucional – O curso examina a função do jurista como arquiteto institucional, capaz de desenhar estruturas institucionais inovadoras para enfrentar e resolver problemas. No desempenho de sua tarefa, o jurista deve ser capaz de delimitar problema, identificar ideais e valores perseguidos e elaborar arranjo institucional capaz de alterar expectativas e comportamentos.

Organização do Estado e Direitos Fundamentais – Organização do Estado e Estruturas Constitucionais. Noções básicas de federalismo. Separação de Poderes. Noções básicas de processo legislativo (discussão das competências legislativas de cada poder). Jurisdição constitucional. Principais ações e mecanismos (ADIN, ADPF – são as características básicas do modelo brasileiro, sem entrar em qualquer detalhe sobre procedimento).

Penas e Medidas Alternativas – Penologia: estudo das teorias dos fins da pena criminal. Penas: estudo da cominação, aplicação e execução. Distinção entre “prisão pena” e “prisão processual”. Penas em espécie. Pena privativa de liberdade. Penas restritivas de direito e pena de multa. Dosimetria da pena e efeitos da condenação. Concurso de crimes: estudo do concurso material, formal e continuação delitiva. Extinção da punibilidade e suas hipóteses de incidência. Estudo das alternativas ao encarceramento: medidas despenalizadoras. Suspensão condicional da pena e livramento condicional. Composição civil dos danos. Transação penal. Suspensão condicional do processo. Procedimento sumaríssimo nos Juizados Especiais Criminais. Panorama dos crimes em espécie.

Programação para Advogados – Estudo de aspectos básicos da programação em linguagem Python aplicados às necessidades de profissionais do Direito, divididas em três aspectos: document assembly, organização de texto legal, gestão processual e banco de dados.

Sociologia Jurídica – 1. Direito como fato social – Émile Durkheim; 2. Direito como superestrutura – Karl Marx; 3. Direito como dominação legítima – Max Weber; 4. O Direito vivo – Eugen Erlich; 5. O pluralismo jurídico; 6. Métodos da pesquisa sociológica; 7. Direito como espaço social – Pierre Bourdieu; 8. Direito como sistema – Niklas Luhmann; 9. O direito e a luta por reconhecimento -

Axel Honneth 10. Antropologia jurídica; 11. Sociologia jurídica e questões raciais; 12. Sociologia jurídica e questões de gênero.

Teoria Geral do Direito Civil – Teoria Geral do Direito Privado: Separação Público/Privado. Eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais. Constitucionalização do Direito Civil. Direito das Pessoas e Bens: Conceito de Direito Civil e breve histórico da regulação das relações privadas. Pessoa Física; Direitos da Personalidade. Pessoas Jurídicas; Sociedades, Associações e Fundações. Bens; Classificação dos bens; Regime jurídico das benfeitorias. Negócios jurídicos; Interpretação dos negócios jurídicos; Planos do negócio jurídico.

4º PERÍODO

Direito Ambiental – O surgimento e a autonomia do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Meio Ambiente na Constituição de 1988. Competências constitucionais em matéria ambiental: legislativa, administrativa e jurisdicional. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico e Padrões de Qualidade Ambiental. Avaliação de Impacto Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Responsabilidades Ambientais. Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Lei Florestal.

Direito da Propriedade – Essa disciplina possui caráter interdisciplinar e discute o conceito e os fundamentos da própria ideia de propriedade, além de análises econômicas e sociológicas sobre o instituto, garantindo ainda espaço para as relações de seu tratamento pelo Direito Civil e demais áreas do conhecimento jurídico, com destaque para alguns tópicos sobre propriedade imobiliária e direito urbanístico.

Direito Transnacional – Philip Jessup, importante internacionalista e juiz da Corte Internacional de Justiça, cunhou o termo "direito transnacional" em uma palestra na Escola de Direito de Yale, em 1956. Para ele, o direito internacional clássico (que regula as relações entre estados) era insuficiente para lidar com os problemas de uma sociedade cada vez mais global e complexa. O direito transnacional regularia “ações ou eventos que transcendem as fronteiras nacionais.” No sentido jurídico-institucional, "transcender fronteiras nacionais" significa demandar estruturas de regulação jurídica que não se amoldam à matriz convencional do direito público doméstico (constituição e normas infra-constitucionais) ou do direito internacional público (tratados interestatais). O direito transnacional corresponderia às normas que emergem nesse interstício residual. O campo ao qual Jessup se referia sofreu, desde então, alteração radical, tanto em quantidade quanto em qualidade. O número de organizações internacionais e organizações não-governamentais internacionais cresceu de forma exponencial. Além disso, os problemas a serem enfrentados são diferentes. Por um lado, há novos problemas que demandam novas soluções (mudança climática, regulação da internet, terrorismo). Por outro, os problemas antigos ganham outra magnitude e intensidade (epidemias como Ebola, Zika e Covid-19). O objetivo do curso é analisar a evolução do panorama regulatório transnacional por meio de uma lista selecionada de casos paradigmáticos e novos arranjos jurídicos para além do Estado. As perguntas recorrentes serão: Quem são os atores responsáveis por 'criar normas'? Quem são os afetados por estas 'normas'? Qual a legitimidade desse sistema? Como classificar os variados arranjos existentes nesse espaço crescente entre direito internacional e direito doméstico, não mais um pequeno interstício, mas um terreno de grande sofisticação institucional e regulatória? Qual a relação entre o direito internacional e transnacional: de complementariedade, disputa, ou as duas coisas ao mesmo tempo?

Sistema Tributário Nacional – Conceito Tributo. Espécies Tributária. Taxa. Contribuição de Melhoria. Empréstimos Compulsórios. Contribuições. Limitações ao poder de tributar. Princípios. Legalidade. Anterioridade. Capacidade Contributiva. Irretroatividade. Fato Gerador. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito

tributário. Exclusão do crédito tributário. Interpretação e Integração da norma tributária. Administração Tributária.

Teoria do Direito Administrativo – Princípios da Administração Pública. Organização da Administração Pública. Agentes públicos. Ato e processo administrativo. Poder de polícia. Licitações e contratações públicas. Intervenção do Estado na propriedade privada.

Teoria Geral do Processo – Teoria geral do processo. Conceito de Direito Processual. Ramos do Direito Processual. As normas fundamentais e os institutos fundamentais do Direito Processual Civil.

Tipos Societários – Introdução aos tipos societários. Sociedades Limitadas (Ltda.) – Origens e características básicas. Administração. Responsabilidade dos sócios e administradores. Cotas sociais e regime de circulação. Estrutura de capital. Administração da sociedade. Direito de retirada. Sociedade limitada de grande porte. Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Sociedades em Conta de Participação. Sociedades Anônimas (SA) – Origem e desenvolvimento das SA. Características básicas das SA. Estatuto jurídico do acionista da SA. Poder de controle. Acordo de acionistas. Alienação de controle. Companhia aberta e fechada. Formação e mutações do capital social. Estrutura de capital da SA. Órgãos sociais e governança corporativa. Deveres e responsabilidades dos administradores. Grupos de sociedades. Transformação, incorporação, fusão e cisão da SA. Dissolução, liquidação e extinção da SA.